



Centro de Competências
Profissionais

DIREITO DO TRABALHO APLICADO ÀS IPSS

FORMAÇÃO AVANÇADA PARA
RESPONSÁVEIS DE DIRECÇÃO

DESTINATÁRIOS

- Dirigentes de organizações do setor social
- Técnicos de organizações do setor social
- Profissionais liberais da área social
- Profissionais das áreas jurídica e/ou laboral
- Outros técnicos interessados em especializações ou reorganização da carreira profissional

Local formação: Auditório UCC - Acredita
Lugar das Curtinhas - Travassós de Baixo
N 40°40'39.144" W 07°53'20.735

CARGA HORÁRIA E INVESTIMENTO

32 HORAS

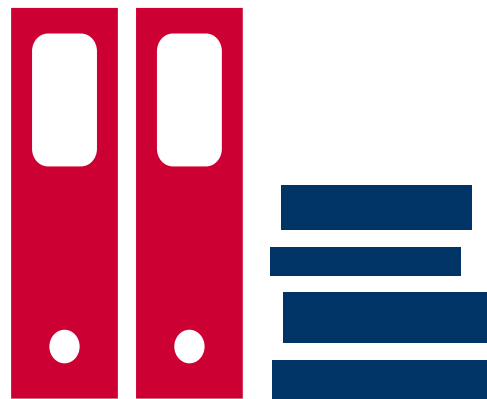
- Dias **21**, **28** de **novembro**, **3** e **5** de **dezembro** entre as 09h:00m e as 18h:00m, com intervalo para almoço entre as 13h:00m e as 14h:00m.
- A distribuição dos dias foi escolhida com o objetivo de conciliar as necessidades profissionais e pessoais dos formandos, sem prejudicar a entidade patronal.
- 225 Euros, faseado em 2 momentos (50% na inscrição, 50% na conclusão)
- Descontos
 - 15% para inscrições individuais de profissionais ligados a entidades parceiras do **CCP**.
 - 20% para inscrições coletivas (2 ou mais) de profissionais de entidades parceiras do **CCP**, ou oferta de uma inscrição a um elemento dos órgãos sociais da Instituição.

METODOLOGIA

COMPONENTE TEÓRICA E PRÁTICA

- Estas ações de formação serão desenvolvidas através do método expositivo, das simulações e do estudo de casos, “role playing” e outras dinâmicas participativas, com o recurso frequente à apresentação da realidade vivida pelos formadores, ao longo da sua experiência profissional.

A componente prática é fundamental na resolução de casos concretos e recorrerá a aplicações informáticas e plataformas dos vários serviços públicos.



FORMADORES

Formador - João Gois Ramalho

- Os formadores constituem uma equipa que conhece bem o perfil de exigência dos cursos, com experiência profissional e pedagógica comprovada nas respetivas áreas. Esta oferta foi elaborada com base em formadores de elevado nível de profissionalismo e de referência no mercado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PARTE 1

1.1 - NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

- Os princípios gerais do Direito do Trabalho.
- As diversas modalidades contratuais e impactos na gestão.
- A presunção de Contrato de Trabalho.
- As obrigações patronais nas diversas modalidades.
- As formalidades e prazos.
- A informação à Segurança Social.

1.2 - OS CONTRATOS COLECTIVOS NAS IPSS

- As especificidades do contrato colectivo de trabalho, entre a CNIS e a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais - FNSTFPS.
- As especificidades do acordo colectivo de trabalho entra a UMP e a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais - FNSTFPS.



1.3 - DIREITOS E DEVERES DO TRABALHADOR

- Férias e feriados.
- Duração, cumulação e gozo das férias nas diferentes modalidades.
- Efeitos da cessação do contrato.
- Majorações e efeitos das faltas.
- Retribuição. Modalidades e Cálculos da retribuição hora.
- Subsídio de Natal / Retribuição em Férias e Subsídio de Férias.
- A Isenção do Horário de Trabalho.
- O Trabalho Nocturno / Trabalho Suplementar).
- Ajudas de Custo e Mapas.
- Gratificações e prémios.
- Banco de horas (por regulamentação colectiva, individual, e grupal); Intervalos de descanso e descanso compensatório.
- A Formação Profissional no Código do Trabalho: regras aplicáveis. Cálculo de compensações.



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PARTE 2

2.1 - CÁLCULO DE REMUNERAÇÕES E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

- Tratamento de vencimentos, diuturnidades, Subsídio de Alimentação, prémios, Gratificações, Comissões, Abono para falhas, Horas Extra, Subsídios de Natal e Férias, Ajudas de Custo.
- Compensação pela utilização da viatura própria, importâncias recebidas no caso de cessação do contrato individual de trabalho, outros rendimentos do trabalho dependente.
- Trabalhadores independentes (categoria B). Fatura - Recibo. Retenção na Fonte. Regime do IVA.
- Resolução de casos práticos.

2.2 - OBRIGAÇÕES PERANTE O ESTADO

- Tratamento das regras de retenção na fonte e segurança social.
- Preenchimento das declarações a enviar mensalmente às entidades oficiais.
- O novo código contributivo. O Regime do Trabalhador por Conta de Outrem. O regime dos trabalhadores independentes. As obrigações das entidades contratantes.
- Trabalhadores independentes (categoria B). Fatura - Recibo. Retenção na Fonte. Regime do IVA.
- Declaração Anual de Rendimentos. Modelo 10.
- Relatório Único.
- As obrigações e deveres em matéria de Segurança, Saúde e Higiene o Trabalho.
- As obrigações com a ACT
- Resolução de casos práticos.



2.3 - CESSAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

- Modalidades da Cessação do Contrato de Trabalho: As formas de Cessação do contrato de trabalho. A caducidade. A Revogação. A Resolução por iniciativa do trabalhador; Justa Causa / Despedimento Coletivo / Despedimento por extinção de posto de trabalho; Despedimento por inadaptação; A Denúncia e denúncia em período experimental.
- Direitos por cessação do contrato de trabalho: Compensação por caducidade dos contratos a termo e sem termo.
- Revisão das Compensações aquando da Cessação do Contrato de Trabalho, com abordagem dos efeitos havidos nos contratos de trabalho após e antes a sua promulgação, no contexto dos diversos regimes transitórios.
- Cálculo do proporcional do Subsídio de Natal, Férias e do Subsídio de Férias do ano da cessação. Possibilidade de Revogação do contrato por acordo entre as partes.
- Documentos a entregar ao trabalhador na cessação.
- O Fundo de Compensação de Trabalho e Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho; Competências do Empregador; Direitos e deveres das partes.
- Estudo de casos.
- Espaço de partilha de experiências.

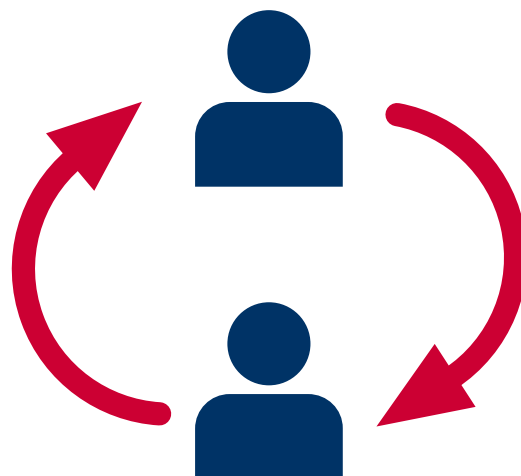


2.4 - NOVAS DETERMINAÇÕES NO CT

- O novo Regime da Parentalidade, licenças de parentalidade e possibilidade de Teletrabalho na parentalidade.
- As implicações e efeitos havidos por decisão do Tribunal Constitucional sobre as modalidades do contrato de trabalho, trabalho suplementar, descanso compensatório, majoração no direito a férias e acréscimo retributivo por trabalho suplementar.
- Reconhecimento da existência de contrato de trabalho e mecanismos processuais de combate à ocultação de relações de trabalho subordinado
- Assédio Laboral e Sexual: medidas de combate propostas pela Lei
- Espaço de partilha de experiências

2.5 - DO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR

- Os deveres do Trabalhador; Violação de deveres que constituem justa causa de despedimento.
- O Procedimento Disciplinar: Noção e função. Funções do Instrutor do Procedimento Disciplinar.
- Prazos de prescrição e caducidade no Procedimento Disciplinar.
- As principais fases do Procedimento Disciplinar; Inquérito; Nota de Culpa, Resposta à Nota de Culpa; Instrução; diligências a realizar pelo Empregador; Decisão Final e ponderação de eventuais Sanções a aplicar.
- Casos Práticos



TESTEMUNHOS

CARLA HERNANDEZ (DIRECTORA DE UCC - PORTO)

"Uma experiência formativa com retorno efectivo. Acima de tudo, destaco a actualidade de conhecimentos e domínio do "state of the art". A atenção ao formando e à sua evolução é um factor que importa também relevar."

RICARDO SOUSA (DIRECTOR DE RH NA SCMC)

"Bem centrado nas necessidades modernas em matéria das obrigações legais perante os trabalhadores e o Estado, o curso conta com muitos estudos de caso, incorpora as boas práticas actuais e as ferramentas de gestão."

COORDENAÇÃO

ANA BANDEIRA
Coordenadora Científica

CONTACTOS
JOÃO CONDE
Gestor de Operações

suporte@sinerconsult.pt

ccp@acreditaipss.pt

Tel. 232 471 477

ACREDITAMOS JUNTOS!

